



PLS 102/2015 - REPASSE PARA DEFESA CIVIL E FAMÍLIAS ATINGIDAS POR DESASTRES

Descrição: Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre a concessão de benefício às famílias durante os períodos de eventuais calamidades.

Local: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (Senado Federal)

Situação: Aguardando Parecer do Relator, o Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Posição da CNM: A FAVOR

Justificativa:

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) é favorável ao PLS 102, de 2015, em sua totalidade nas ações de proteção e defesa civil, e sua proposta contida é um estímulo a mais às ações de resposta a desastres e atendimento emergencial às famílias afetadas no âmbito dos Estados e dos Municípios por desastres causados por eventos negativos decorrentes do excesso de chuvas como: tempestades, vendavais, alagamentos, inundações, enxurradas, enchentes, deslizamentos de terra, entre outros. A CNM defende, através de emenda ao projeto, que caso o Município comprove por meios legais a total falta de condições para garantir a criação e o funcionamento de sua defesa civil, os custos automaticamente se tornariam competência dos Estados e da União nas atividades de prevenção e gestão de riscos. Defende, ainda, que o uso do CPDC seja estendido para as demais fases das ações de defesa civil, como as de prevenção, preparação e reabilitação dos cenários afetados. Tal medida, contribuiria para o processo de desburocratização do Sinpdec, quanto à liberação de recursos para obras de reconstrução e reabilitação de cenários destruídos por desastres, assim como para atividades de prevenção e capacitação de gestores e demais atores que atuam em defesa civil.

Saiba mais:

Texto original

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=586079&disposition=inline>

Veja a tramitação do projeto na íntegra

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120019>